

CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: <a href="mailto:licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br">licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br</a>



# **EDITAL DE LICITAÇÃO**

Modalidade: TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2022

Tipo: Menor Preço Global.

	RECIBO
A Empresa	retirou este Edital de licitação e deseja ser informada
de qualquer alteração pelo e-mail _	·
Telefone de contato:	<u> </u>
Local,//2022.	
_	
	Assinatura representante legal
	Doc./CNPJ

# <u>AVISO</u>

RECOMENDAMOS AS LICITANTES A LEITURA ATENTA DESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, NOTADAMENTE QUANTO AO CREDENCIAMENTO, HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL, OBJETIVANDO UMA PERFEITA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME. INFORMAÇÕES: (32) 3357-1235.

OBS: ESTE RECIBO DEVERÁ SER REMETIDO À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PELO E-MAIL: <a href="mailto:licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br">licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br</a>, PARA EVENTUAIS COMUNICAÇÕES AOS INTERESSADOS, QUANDO NECESSÁRIO.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE CORONEL XAVIER CHAVES NÃO SE RESPONSABILIZA POR COMUNICAÇÕES À EMPRESA QUE NÃO ENCAMINHAR ESTE RECIBO OU QUE PRESTAR INFORMAÇÕES INCORRETAS NELE.



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL XAVIER CHAVES EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2022 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2022

Processo Licitatório Nº: 92/2022 Tomada de Preços Nº: 05/2022

Abertura: 10/01/2023

Horário de abertura: 10h00min

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Regime de Execução: EMPREITADA POR PREÇO

GLOBAL

Local: Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves

A Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves torna público, para conhecimento dos interessados, que o Município de Coronel Xavier Chaves, por meio da Comissão Permanente de Licitações, instituída pela Portaria nº 3.298 de 03 de janeiro de 2022, modificada pela Portaria nº 3.322 de 16 de fevereiro de 2022, realizará licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo menor preço global, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações, e demais legislações pertinentes a matéria, e ainda conforme as condições estabelecidas no instrumento convocatório:

# 1. HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS:

1.1. Até às **10h00min, do dia 10 de janeiro de 2023**, no endereço Rua Padre Reis, nº 84, Centro, Coronel Xavier Chaves, para a entrega dos Envelopes n° 01, com os Documentos de Habilitação, e nº 02, com a Proposta de Preço, além das declarações complementares.

### 2. HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

- 2.1. Ås **10h00min, do dia 10 de janeiro de 2023**, na sede da Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves, localizada no endereço Rua Padre Reis, nº 84, Centro, Coronel Xavier Chaves, terá início a sessão pública, prosseguindo-se com o credenciamento dos participantes e a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação.
- 2.2. Os conjuntos de documentos relativos à habilitação e à proposta de preços deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

### ENVELOPE Nº 1 **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL XAVIER CHAVES-MG AT. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2022 TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2022 (RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE/CNPJ/ENDEREÇO/TELEFONE)



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

# ENVELOPE Nº 2 PROPOSTA DE PREÇO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL XAVIER CHAVES-MG AT. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2022 TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2022 (RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE/CNPJ/ENDEREÇO/TELEFONE)

2.3. Os licitantes interessados em participar do certame não necessitam encaminhar seus representantes legais para entregar os envelopes com a documentação e as propostas, podendo, inclusive, encaminhá-los via Correios ou outro meio similar de entrega, atentando para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos, constantes neste Edital. A correspondência deverá ser endereçada com aviso de recebimento para a Comissão de Licitação no endereço indicado no Item 1 deste Edital e conter os dois envelopes acima mencionados. A Prefeitura não se responsabilizará por envelopes endereçados via postal ou por outra forma, entregues em local que não seja o de recebimento de correspondência, e que, por isso, não chequem à data e horário previsto no preâmbulo deste instrumento convocatório.

#### 3. DO REPRESENTANTE E DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. Os licitantes que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representados por:
  - 3.1.1. **Titular da empresa licitante**, devendo apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado de: registro comercial no caso de empresa individual, contrato social ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas; sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
  - 3.1.2. Representante designado pela empresa licitante, que deverá apresentar instrumento particular de procuração ou documento equivalente, COM FIRMA RECONHECIDA, contendo poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado de documento de identificação oficial e do registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor no caso de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado, neste último, de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas;
- 3.2. Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante.



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

#### 4. OBJETO

- 4.1. Constitui objeto da presente licitação a escolha de proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO, PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA, DESTINADA AO ABASTECIMENTO PÚBLICO NA COMUNIDADE QUEBRA MACHADO, COM O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO COMPLETO DE EQUIPAMENTO DE RECALQUE DA ÁGUA DO POÇO, BEM COMO A OBTENÇÃO DE TODAS AS LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES PERANTE AOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no projeto básico presente neste edital e seus anexos.
  - 4.1.1 Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

**Anexo I** – Projeto Básico e Anexos;

**Anexo II** – Modelo de proposta de preço;

Anexo III - Minuta de Contrato;

**Anexo IV** – Modelo de credenciamento para a visita ao local da obra;

**Anexo V** – Modelo de Declaração de Fato Impeditivo;

**Anexo VI** – Modelo de Declaração quanto ao emprego de menor, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;

Anexo VII - Modelo de Termo de Renúncia;

Anexo VIII – Projetos e Planilhas em arquivos PDF que poderão ser baixados através dos links constantes desse anexo.

- 4.2. A licitação será realizada em grupo único, correspondente ao objeto de contratação e aos itens previstos na tabela orçamentária, constante no Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que compõem.
- 4.3. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 4.4. A contratação será realizada mediante regime de execução indireta por empreitada por preço global.

### 5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas decorrentes da presente licitação e do respectivo contrato correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal nas seguintes dotações orçamentárias:

UNID ORÇAMENTARIA	02.009.000	SECRETARIA MUNIC OBRAS E URBANISMO
FUNÇÃO	17	SANEAMENTO
SUFUNÇÃO	511	SANEAMENTO BASICO RURAL
PROGRAMA	1701	ABASTECIMENTO DE ÁGUA
PROJ/ATIVIDADE	1.346	CONST POCOS ARTESIANOS C.RURAIS
CONTA	4 4 90 51 00	OBRAS E INSTALAÇÕES
FONTE	100/200	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
FICHA	693	

02.009.000	SECRETARIA MUNIC OBRAS E URBANISMO
17	SANEAMENTO
511	SANEAMENTO BASICO RURAL
1701	ABASTECIMENTO DE ÁGUA
1.346	CONST POCOS ARTESIANOS C.RURAIS
4 4 90 51 00	OBRAS E INSTALAÇÕES
	17 511 1701 1.346



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

FONTE	108/208	COMPENS FINANC REC MINERAIS (CFEM)
FICHA	693	
UNID ORÇAMENTARIA	02.009.000	SECRETARIA MUNIC OBRAS E URBANISMO
FUNÇÃO	17	SANEAMENTO
SUFUNÇÃO	511	SANEAMENTO BASICO RURAL
PROGRAMA	1701	ABASTECIMENTO DE ÁGUA
PROJ/ATIVIDADE	1.346	CONST POCOS ARTESIANOS C.RURAIS
CONTA	4 4 90 51 00	OBRAS E INSTALAÇÕES
FONTE	186/286	TRANSF UNIÃO ROYALT PETROLEO\GÁS NAT
FICHA	693	
UNID ORÇAMENTARIA	02.009.000	SECRETARIA MUNIC OBRAS E URBANISMO
FUNÇÃO	17	SANEAMENTO
SUFUNÇÃO	511	SANEAMENTO BASICO RURAL
PROGRAMA	1701	ABASTECIMENTO DE ÁGUA
PROJ/ATIVIDADE	1.346	CONST POCOS ARTESIANOS C.RURAIS
CONTA	4 4 90 51 00	OBRAS E INSTALAÇÕES
FONTE	169/269	TRANSF ESPECIAL RESOL SEGOV
FICHA	693	

### 6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 6.1. Poderão participar desta licitação todos e quaisquer estabelecimentos especializados no ramo do objeto licitado, devidamente cadastrados na Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves (Certificado de Registro Cadastral CRC) e que atendam as condições exigidas para cadastramento, observadas a necessária qualificação.
- 6.1.2 O Certificado de Registro Cadastral CRC, emitido pela Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves deverá ser solicitado no setor de Licitações por meio de agendamento de 8h00min às 12h00min e de 13h00min às 16hmin, até o dia 06 (seis) de janeiro de 2023, de posse dos documentos citados nos subitens 8.2, 8.3 e 8.4 deste edital;
- 6.2. Não poderão participar desta licitação:
  - 6.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
  - 6.2.2. que não atendam às condições destes Edital e seus anexos;
  - 6.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 6.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
  - 6.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

#### 7. DOS ADIAMENTOS

7.1. Todos e quaisquer adiamentos ocorridos durante o processo licitatório serão consignados em ata, designando-se nova data e horário para continuidade da audiência, os quais serão publicados no Quadro de Aviso da Prefeitura Municipal (Mural), Site Oficial do Município, AMM (Diário Oficial)



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

dos Municípios Mineiros) e Diário Oficial do Estado de Minas Gerais (DOE), não se obrigando a Comissão a dar ciência pessoal aos Licitantes ausentes às reuniões, desde que não haja disposição em contrário expressa em Lei.

### 8. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

8.1. Os interessados em participar da licitação deverão apresentar, todos os documentos abaixo relacionados com vigência plena até a data fixada para abertura do envelope nº 1 "Documentação de Habilitação".

#### 8.2. Habilitação Jurídica:

- 8.2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, e cédula de identidade;
- 8.2.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de identidade seus sócios-administradores:
- 8.2.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 8.2.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 8.2.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 8.2.6. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764. de 1971.
- 8.2.7. Declaração de enquadramento da licitante como Microempresa ME, Empresa de Pequeno Porte EPP ou Cooperativa equiparada COOP, nos termos do art. 34 da Lei n. 11.488, de 2007 apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123, de 2006.
  - 8.2.7.1. A apresentação declaração mencionada no subitem anterior é facultativa e deverá ser entregue tão-somente pelas licitantes efetivamente enquadradas que pretendam se beneficiar do regime legal diferenciado e que não tenham sido alcançadas por alguma hipótese de exclusão do tratamento jurídico diferenciado.
  - 8.2.7.2. A participação em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa equiparada, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei e a exclusão do regime de tratamento diferenciado. A comissão poderá realizar diligências para verificar a veracidade da declaração.
  - 8.2.7.3. Como condição para a aplicação do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n. 123/2006, a Comissão de Licitação poderá realizar consultas e diligências para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela ME/EPP/COOP, no exercício anterior, extrapola o limite previsto no artigo 3°, inciso II, da referida Lei, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3°, §2°, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.
  - 8.2.7.4. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá-



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

- o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3°, §§ 9°-A e 12, da Lei Complementar n° 123, de 2006;
- 8.2.7.5. A participação em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei e a exclusão do regime de tratamento diferenciado.
- 8.2.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

### 8.3. Regularidades Fiscal e Trabalhista:

- 8.3.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 8.3.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, devendo ser esta última, a do município em que estiver localizada a sede ou domicílio da empresa;
- 8.3.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- 8.3.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; emitida no site: (http://www.tst.jus.br).

### 8.4. Qualificação Econômico-Financeira:

- 8.4.1 certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante:
  - 8.4.1.1 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.
- 8.4.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 8.4.3 comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = ------ maior ou igual a 1

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

**Ativo Total** 



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

SG =	maior ou igual a 1
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo	_
Ativo Circulante	maior ou igual a 1
Passivo Circulante	maior ou iguar a r

- 8.4.4 Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeiro aplica-se o disposto no subitem (8.4.3) ao licitante que apresentar índice econômico igual ou maior que 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente. Tal comprovação se dará por meio de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- 8.4.5 O licitante deverá possuir o Capital Social igual ou superior a R\$ 7.813,48 (sete mil oitocentos e treze reais e quarenta e oito centavo), equivalente a 10% do valor total estimado da contratação, valor este que deverá ser comprovado pelo Balanço Patrimonial devidamente atualizado.

### 8.5. Qualificação Técnica:

- 8.5.1. As empresas licitantes deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio da apresentação dos documentos que seguem, no envelope nº 1:
- 8.5.2. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;
- 8.5.3. Registro ou inscrição no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do engenheiro empresa licitante) do responsável técnico para pronto acompanhamento da obra;
  - 8.5.4. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito ou privado, devidamente registrado no CREA, acompanhado da respectiva certidão emitida por esse Conselho, comprovando que o responsável técnico do quadro de funcionários da empresa licitante já executou obra ou serviço com características semelhantes a parcela do objeto da licitação de maior relevância técnica e valor significativo. Para fins dessa exigência, consideramse parcelas de maior relevância técnica e valor significativo: PERFURAÇÃO EM ROCHA SÃ OU CONSISTENTE: DIÂMETRO 06" OU MAIOR cujos itens e códigos encontram-se orçados na planilha orçamentária e cuja especificação técnica encontra-se descrita no memorial descritivo.
- 8.5.5. Atestado de vistoria assinado por servidor responsável (facultativo)
  - 8.5.5.1.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, será facultado ao licitante realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h00min horas às 16h00min horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (32) 3357-1235, falar com o setor de Licitações, até o dia 06 (seis) de janeiro de 2023.
  - 8.5.5.1.2. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### 8.6. Todos os licitantes, deverão apresentar, ainda, no envelope nº 1:

- 8.6.1 Declaração de que não utiliza de mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos da Lei 9.854, 1999, conforme modelo ANEXO VI.
- 8.6.2 Declaração de não existência de fato impeditivo de participar de licitações, conforme Anexo V;
- 8.7. Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.
- 8.7.1 Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados na sessão de abertura dos envelopes "Documentação", para autenticação pela Comissão Permanente de Licitação;
- 8.8. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.8.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.8.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja habilitada, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 8.10. A ausência de documentos ou apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste título inabilitará a proponente, impossibilitando a abertura do envelope "Proposta de Preços", respectivo.
- 8.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante estará habilitado para a fase de classificação.
- 8.12. Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.
- 8.13. Considera-se vencida a fase de habilitação quando todos os interessados desistirem da faculdade de recorrer, ou quando decorrer o prazo para recurso sem que seja interposto, ou, ainda, quando os recursos interpostos forem decididos.

#### 9. DA PROPOSTA

- 9.1. A proposta de preço, apresentada no envelope nº 2, será redigida no idioma pátrio, impressa, rubricada em todas as suas páginas e ao final firmada pelo representante legal da empresa licitante, sem emendas, entrelinhas ou ressalvas.
- 9.2. A proposta deverá ser apresentada em uma via, datilografada ou processada em computador,

Folha Nº:



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

com identificação da empresa proponente e assinada pelo seu representante, devidamente identificado e qualificado, (Anexo II - Modelo de proposta de preço), dela constando obrigatoriamente:

- Preço global da proposta e preços unitários dos itens que a compõe, nos termos da Planilha de Custos e Cronograma Físico Financeiro. SERÁ LICITADA a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO, PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA, DESTINADA AO ABASTECIMENTO PÚBLICO NA COMUNIDADE QUEBRA MACHADO, COM O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO COMPLETO DE EQUIPAMENTO DE RECALQUE DA ÁGUA DO POÇO, BEM COMO A OBTENÇÃO DE TODAS AS LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES PERANTE AOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS, com as características técnicas de engenharia obedecendo o devido local constante na prancha de projeto arquitetônico.
- Razão social, CNPJ e endereço da empresa licitante;
- Indicação do prazo de validade da proposta, que deverá ser de, no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua apresentação;
- 9.3. Nos preços apresentados deverão estar inclusos todos os impostos, taxas, seguros e outras demais despesas, bem como os serviços de entrega na Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves.
- 9.4. Todos os preços deverão ser expressos em numeral e em moeda corrente do País, com duas (2) casas decimais após a vírgula.
- 9.5. A apresentação da proposta por parte da licitante significa pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições deste instrumento e total sujeição às legislações pertinentes.
- 9.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 9.6. Preços ofertados, tanto na proposta inicial, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 9.7. Na proposta de preço deverá ser expresso termo mínimo de 05 anos de garantia da obra inclusive dos materiais nela empregados.

#### 10. DA ABERTURA DOS ENVELOPES

- 10.1 No dia, hora e local designados neste Edital, em ato público, na presença dos licitantes, a Comissão Permanente de Licitação receberá, de uma só vez, os Envelopes nº 01 e nº 02 e procederá à abertura da licitação.
- Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.
- 10.3 A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á à abertura dos Envelopes nº 01 Documentos de Habilitação.
- 10.4 O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes.
- Ao licitante inabilitado será devolvido o respectivo Envelope nº 02, sem ser aberto, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

- 10.6 Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes nº 02 Proposta de Preços dos licitantes habilitados serão abertos, na mesma sessão, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal.
- 10.7 Não ocorrendo a desistência expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recorrer, os Envelopes nº 02 Proposta de Preços serão rubricados pelos licitantes presentes ao ato e mantidos invioláveis até a posterior abertura.
- 10.8 Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 10.9 As propostas de preços dos licitantes habilitados serão então julgadas, conforme item próprio deste Instrumento Convocatório.
- 10.10 Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram.
- 10.11 Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e licitantes presentes.
- 10.12 Será considerado inabilitado o licitante que:
  - 10.12.1.1 N\u00e3o apresentar os documentos exigidos por este Instrumento Convocat\u00f3rio no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ressalvado o disposto quanto \u00e0 comprova\u00e7\u00e3o da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei n\u00e9 11.488, de 2007.
  - 10.12.1.2 Incluir a proposta de preços no Envelope nº 01.
- 10.13 Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, a mesma terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. O prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado do julgamento das propostas e poderá ser prorrogado por igual período a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 10.14 A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 10.15 A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação dos licitantes será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

#### 11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

- 11.1. O critério de julgamento será o menor preço global.
- 11.2. Na data da abertura dos envelopes contendo as propostas, serão rubricados os documentos pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes legais das entidades licitantes. A Comissão, caso julgue necessário, poderá suspender a reunião para análise das mesmas.
- 11.3. A Comissão de Licitação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 11.4. Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital, para efeito de julgamento da proposta.
- 11.5. Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital, para efeito de julgamento da proposta.
- 11.6. As propostas serão classificadas em ordem crescente de preços propostos.
- 11.7. A Comissão de Licitação verificará o porte das empresas licitantes classificadas. Havendo microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, proceder-se-á à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.
  - 11.7.1. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da proposta de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
  - 11.7.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada. Neste caso, a oferta deverá ser escrita e assinada para posterior inclusão nos autos do processo licitatório.
  - 11.7.3. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, nos mesmos prazos estabelecidos no subitem anterior.
- 11.8. Caso sejam identificadas propostas de preços idênticos de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa empatadas na faixa de até 10% (dez por cento) sobre o valor cotado pela primeira colocada, a Comissão de Licitação convocará os licitantes para que compareçam ao sorteio na data e horário estipulados, para que se identifique aquela que primeiro poderá reduzir a oferta.
- 11.9. Havendo êxito no procedimento de desempate, será elaborada a nova classificação das propostas para fins de aceitação do valor ofertado. Não sendo aplicável o procedimento, ou não havendo êxito na aplicação deste, prevalecerá a classificação inicial.
- 11.10. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
  - 11.10.1. produzidos no País;
  - 11.10.2. produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
  - 11.10.3. produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
  - 11.10.4. produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

- 11.11. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por meio de sorteio, para o qual os licitantes habilitados serão convocados.
- 11.12. Quando todos os licitantes forem desclassificados, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas de desclassificação.
- 11.13. Será desclassificada a proposta que:
  - 11.13.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
  - 11.13.2. contiver vício insanável ou ilegalidade;
  - 11.13.3. não apresentar as especificações técnicas exigidas no projeto básico ou anexos;
- 11.14. Quando o licitante n\u00e3o conseguir comprovar que possui ou possuir\u00e1 recursos suficientes para executar a contento o objeto, ser\u00e1 considerada inexequ\u00edvel a proposta de pre\u00fcos ou menor lance que:
  - 11.14.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
  - 11.14.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes
- 11.15. O exame da inexequibilidade observará a fórmula prevista no art. 48, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.16. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993;
- 11.17. Será facultado ao licitante o prazo de 05 dias úteis para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.
- 11.18. Erros formais no preenchimento da planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, atendidas as demais condições de aceitabilidade.
- 11.19. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.
- 11.20. Se a proposta de preço não for aceitável, a Comissão de Licitação examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

- 11.21. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Comissão de Licitação passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 11.22. Do julgamento das propostas e da classificação, será dada ciência aos licitantes para apresentação de recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no mesmo prazo.
- 11.23. Transcorrido o prazo recursal, sem interposição de recurso, ou decididos os recursos interpostos, a Comissão de Licitação encaminhará o procedimento licitatório para homologação do resultado do certame pela autoridade competente e, após, adjudicação do objeto licitado ao licitante vencedor.
- 11.24. A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.
- 11.25. No Julgamento das propostas, a Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.
- 11.26. O resultado do certame será divulgado no site da Prefeitura Municipal.

#### 12.DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 12.1 A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de licitantes e julgamento das propostas observará o disposto no art. 109, § 4º, da Lei 8.666, de 1993.
- 12.2 As ocorrências havidas durante o ato de abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e as propostas de preços serão registrados em ata, que será assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos demais presentes.
- 12.3 O recurso da decisão que habilitar ou inabilitar licitantes e que julgar as propostas terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir aos demais recursos interpostos, eficácia suspensiva.
- 12.4 Os recursos deverão ser encaminhados para o(a) Chefe do Poder Executivo, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação, devendo ser protocolados no setor de licitação da Prefeitura.
- 12.5 O recurso será dirigido ao Chefe do Poder Executivo, por intermédio do Presidente da Comissão de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.
- 12.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 12.7 Deverá ser comprovado o poder de representação do signatário do instrumento de recurso ou das impugnações aos recursos e aos termos do instrumento convocatório.

### 13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

#### 14. DO TERMO DE CONTRATO



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

- 14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.
- 14.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
  - 14.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 05 dias, a contar da data de seu recebimento.
  - 14.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 14.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura prorrogável na forma dos arts. 57, §1° e 79, §5°, da Lei n° 8.666/93.
- 14.4. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

#### 15.DO REAJUSTE

- 15.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
  - 15.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INCC (ÍNDICE NACIONAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 15.2. O contrato poderá sofrer alteração em conformidade com o art. 65, d, da Lei nº 8.666, em relação a reequilíbrio econômico financeiro, caso aconteçam as hipóteses previstas na lei.

### 16.DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos a seguir.
- Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha de cálculo detalhada dos itens, indicando data de início e término, acompanhada de relatório fotográfico, diário da obra e de apresentação de cópias das Certidões Negativas referentes a obrigações fiscais municipal, estadual, federal; de FGTS e de regularidade Trabalhista do período.
- 16.3 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- 16.4 O recebimento provisório será realizado por setor técnico da Prefeitura Municipal após a entrega



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

da documentação acima, que procederá a inspeção dos serviços executados, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques, revisões finais que se fizerem necessários.

- 16.5 A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 16.6 A aprovação da medição prévia apresentada pela contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados;
- 16.7 No prazo de 10 dias a partir do recebimento provisório, o setor técnico responsável providenciará o recebimento definitivo, após atestar a execução dos serviços, e comunicará a empresa para que emita a Nota Fiscal, com o valor dimensionado pela fiscalização, cujo pagamento ocorrerá dentro do prazo de 20 dias.
- 16.8 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 16.9 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no projeto e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

#### 17.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

#### Obrigações da contratada

- 17.1 Executar o contrato conforme especificações do objeto e da proposta apresentada, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade necessárias.
- 17.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 17.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 17.4 Utilizar empregados regularmente contratados, conforme legislação trabalhista; habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 17.5 Responsabilizar-se pelo cumprimento e cumprir as obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

- 17.6 Comunicar à Prefeitura Municipal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 17.7 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 17.8 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento
- 17.9 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 17.10 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 17.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 17.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015
- 17.13 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 17.14 Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 17.15 Providenciar junto ao CREA as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 17.16 Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 17.17 Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados.
- 17.18 Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 17.19 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 17.20 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

- 17.21 Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratada, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;
- 17.22 Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de novembro de 2018.
- 17.23 Identificar a obra com placa segundo modelo fornecido pelo Município, durante o período de duração das obras, devendo ser afixadas no prazo de até 10 (dez) dias, contados a partir da autorização para o início dos trabalhos.
- **17.24** Emitir termo de garantia da obra de no mínimo 05 anos, tanto dos serviços, como dos materiais empregados na obra.
- **17.25** Reconhecer sua responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato:
- **17.26** Reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei.
- 17.27 Obrigações estabelecidas no contrato administrativo e todas aquelas decorrentes da Lei de Licitações nº 8.666 de 1993 e demais legislações pertinentes à matéria.

#### Obrigações da contratante

- **17.28** Efetuar ao contratado, nos valores e prazos avençados os pagamentos de acordo com as condições fixadas neste instrumento.
- **17.29** Fiscalizar e acompanhar o fiel cumprimento do contrato.
- **17.30** Emitir a Ordem de Serviço, mediante apresentação de ART da obra.
- **17.31** Exigir o cumprimento de Instrução Normativa do TCE-MG relativa ao SICOM/OBRAS.
- 17.32 Solicitar ou determinar os serviços com indicação de local e com antecedência à empresa para que ela providencie a recomposição no prazo máximo de até 2 (dois) dias após a emissão de ordem de serviço.
- **17.33** Constituem também obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA as previstas no Edital e Projeto Básico.

#### 18. DO PAGAMENTO

- 18.1 O pagamento será realizado de forma parcelada, a partir da conclusão de cada etapa, conforme Cronograma Físico Financeiro parte integrante do instrumento convocatório, devendo ser realizado em conformidade com as medições apresentadas e após o recebimento definitivo pela Prefeitura Municipal.
- 18.2 Por ocasião do pagamento, deverá o proponente apresentar, em cada ato, cópia das Certidões Negativas referentes a regularidade fiscal Municipal, Estadual, Federal, de FGTS, e de regularidade Trabalhista, diário de obra, e relatório fotográfico da obra, para análise do setor técnico responsável, sendo que a não apresentação implicará o não recebimento da medição, e por consequência a não realização do pagamento até ocorrer a regularização.
- 18.3 A empresa contratada emitirá a Nota Fiscal, após autorização da Prefeitura Municipal e aprovação do boletim de medição acompanhado do ART/CREA da obra, devendo aguardar o prazo de até 20 dias da emissão da Nota Fiscal para receber o pagamento.
- 18.4 No ato de pagamento, o Poder Público realizará a retenção de tributos devidos à seguridade social e ao fisco, cuja obrigação de retenção esteja prevista em lei.
- 18.5 Caso seja verificada irregularidade nos documentos apresentados pela empresa, o prazo para realização do pagamento correrá após a sua regularização.



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

#### 19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 19.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, o licitante/adjudicatário que:
  - 19.1.1 não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
  - 19.1.2 apresentar documentação falsa;
  - 19.1.3 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
  - 19.1.4 ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 19.1.5 não mantiver a proposta;
  - 19.1.6 cometer fraude fiscal;
  - 19.1.7 comportar-se de modo inidôneo.
- 19.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 19.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
  - 19.3.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
  - 19.3.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
  - 19.3.3Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
  - 19.3.4Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 19.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sancões.
- 19.5 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização PAR.
- 19.6 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 19.7 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

- 19.8 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.
- 19.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

### 20.DA IMPUGNAÇÃO

- 20.1. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante esta Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, pelas falhas ou irregularidades que viciariam este Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 20.2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- 20.3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666, de 1993, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da referida Lei.
- 20.4. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail <u>licitacao@coronelxaviercgaves.mg.gov.br</u>, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Padre Reis, nº 84, Centro, Coronel Xavier Chaves no setor de licitação da Prefeitura Municipal.

### 21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 21.1. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 21.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 21.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 21.4. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.
- 21.5. Qualquer modificação no instrumento convocatório exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

- 21.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.
- 21.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 21.8. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 21.9. Os licitantes, quando solicitados, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.
- 21.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 21.11. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei n. 8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.
- 21.12. As decisões da Comissão Permanente de Licitação serão publicadas no Quadro de Aviso da Prefeitura Municipal (Mural), Site Oficial do Município, AMM (Diário Oficial dos Municípios Mineiros) e Diário Oficial do Estado de Minas Gerais (DOE), podendo ser aplicado o disposto no § 1ºdo art. 109 da Lei Federal n.º 8.666/93.
- 21.13. Caso todas as propostas apresentadas não atendam aos critérios definidos neste Edital, faculta à Administração rejeitá-las em sua totalidade, anulando o certame, ou fazer uso das prerrogativas do § 3º do Art. 48 da Lei 8.666/93.
- 21.14. A Comissão Permanente de Licitações poderá a seu critério, suspender a reunião, sempre que assim julgar necessário e em qualquer fase, a fim de ter melhores condições de analisar a documentação apresentada, marcando na oportunidade nova data e horário em que voltará a reunir-se com os interessados, ocasião em que será apresentado o resultado da análise pertinente à fase prorrogada.
- 21.15. A visita técnica deverá ser feita por Sócio, Proprietário ou representante devidamente credenciado pela empresa.
- 21.16 A Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves possibilitará a realização de visita técnica para conhecimento do local da obra aos interessados, até o dia **06 (seis) de janeiro de 2023**. A visita técnica deverá ser agendada no Setor de Licitação, por meio telefone (32) 3357-1235. A visita técnica do local da obra será **facultativa** aos licitantes. No entanto, serão de inteira responsabilidade do contratado eventuajs.



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: <u>licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br</u>

prejuízos decorrentes de sua omissão de verificação dos locais de instalação e execução da obra.

- 21.17 As solicitações de esclarecimento deverão ser encaminhadas por escrito até 48 (quarenta e oito) horas, em dias úteis, antes da abertura dos envelopes, à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves, situada à Rua Padre Reis, nº. 84, Centro, Coronel Xavier Chaves ou pelo telefone (32) 3357-1235, no horário de 08h00min ás 12h00min e de 13h00min as 16h00min de segunda a sexta-feira.
- 21.18 A cópia deste instrumento convocatório estará disponível aos interessados na Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves, no horário de 08h00min as 12h00min e 13h00min as 16h00min. Os interessados deverão adquirir o edital em seu inteiro teor, junto à Prefeitura Municipal, ou pelo site <a href="https://www.coronelxavierchaves.mg.gov.br">www.coronelxavierchaves.mg.gov.br</a>.

Coronel Xavier Chaves/MG, 14 de dezembro de 2022.

Juliana Jaques Camargos
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: <u>licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br</u>

# ANEXO I PROJETO BÁSICO

#### **OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

#### Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves

TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2022

(Processo Licitatório nº 92/2022)

#### 1. OBJETO

- 1.1. Compreende objeto da licitação a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO, PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA, DESTINADA AO ABASTECIMENTO PÚBLICO NA COMUNIDADE QUEBRA MACHADO, COM O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO COMPLETO DE EQUIPAMENTO DE RECALQUE DA ÁGUA DO POÇO, BEM COMO A OBTENÇÃO DE TODAS AS LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES PERANTE AOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:
- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de obra de engenharia.
- 1.3. O objeto compreenderá a contratação de obra de engenharia, em grupo único, cujo conjunto de serviços a ser realizados e quantitativos encontram-se discriminados na planilha anexa a este instrumento.
- 1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens estão discriminados na planilha de composição de preços unitários e de custos e memória de cálculo em anexo.
- 1.5. O contrato terá vigência pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado por meio de termo aditivo, na forma autorizada pela Lei de Licitações;
- 1.6. O regime de execução do contrato será o de execução indireta mediante empreitada por preço global, cuja execução será realizada conforme as etapas previstas no cronograma físico financeiro.

### 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação possui como finalidade a <u>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA</u> <u>ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO, PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA, DESTINADA AO ABASTECIMENTO PÚBLICO NA COMUNIDADE QUEBRA MACHADO, COM O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO COMPLETO DE EQUIPAMENTO DE RECALQUE DA ÁGUA DO POÇO, BEM COMO A OBTENÇÃO DE TODAS AS LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES PERANTE AOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS.</u>

Para tanto, faz-se necessária a contratação do grupo de serviços arrolados e descritos na composição de preços unitários.

O regime de execução indireta mediante empreitada por preço global mostra-se adequado para a presente contratação.



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

Para a realização da obra, a contratação de empresa especializada em obra de engenharia, mediante processo licitatório, sob contratação em regime de execução indireta, mostra-se como solução adequada.

#### 4. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de obra de engenharia, a ser contratada mediante licitação, na modalidade tomada de preços.
- 4.2. A modalidade tomada de preços mostra-se adequada ao valor do objeto e observa os requisitos da Lei nº 8666 de 1993.
- 4.3. A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Para participar da licitação, o proponente deverá compreender empresa de engenharia, devidamente registrada no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), e que possua condições técnicas para a realização do empreendimento.
- 5.2. Deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o cumprimento do contrato.
- 5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Projeto Básico.

#### 6. VISTORIA FACULTATIVA PARA A LICITAÇÃO

- 6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 16:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (32) 3357-1235.
- 6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia **06** (seis) de janeiro de **2023**.
- 6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 6.3. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 6.4. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

# 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 7.2. A execução dos serviços será iniciada a partir da emissão da ordem de serviço por setor responsável da Prefeitura Municipal, que deverá realizar a obra no prazo de execução de **02** (dois) meses, cujas etapas estão previstas no cronograma de execução anexo.
- 7.3. As etapas do empreendimento encontram-se previstas no cronograma físico financeiro e descritas no memorial descritivo, memorial de cálculos e prancha em anexo.

### 8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

- 8.1. Executar o contrato conforme especificações do objeto e da proposta apresentada, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade necessárias.
- 8.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.4. Utilizar empregados regularmente contratados, conforme legislação trabalhista; habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 8.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento e cumprir as obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante:
- 8.6. Comunicar à Prefeitura Municipal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 8.7. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bemestar no trabalho:
- 8.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento
- 8.9. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 8.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

- 8.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015
- 8.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 8.14. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 8.15. Providenciar junto ao CREA as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 8.16. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 8.17. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados.
- 8.18. Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 8.19. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 8.20. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.
- 8.21. Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratada, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;
- 8.22. Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de novembro de 2018.
- 8.23. Identificar a obra com placa segundo modelo fornecido pelo Município, durante o período de duração das obras, devendo ser afixadas no prazo de até 10 (dez) dias, contados a partir da autorização para o início dos trabalhos.
- 8.24. Emitir termo de garantia da obra de no mínimo 05 anos, tanto dos serviços, como dos materiais empregados na obra.
- 8.25. Reconhecer sua responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
- 8.26. Reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista po-



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

art. 77 desta Lei.

### 9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 9.1. Efetuar ao contratado, nos valores e prazos avençados os pagamentos de acordo com as condições fixadas neste instrumento.
- 9.2. Fiscalizar e acompanhar o fiel cumprimento do contrato.
- 9.3. Emitir a Ordem de Serviço, mediante apresentação de ART da obra.
- 9.4. Exigir o cumprimento de Instrução Normativa do TCE-MG relativa ao SICOM/OBRAS.
- 9.5. Solicitar ou determinar os serviços com indicação de local e com antecedência à empresa para que ela providencie a recomposição no prazo máximo de até 2 (dois) dias após a emissão de ordem de serviço.
- 9.6. Constituem também obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA as previstas no Edital e Projeto Básico.

# 10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. O contrato será fiscalizado e acompanhado pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo do Município de Coronel Xavier Chaves, com apoio do serviço de engenharia.

### 11. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 11.1 Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha de cálculo detalhada dos itens, indicando data de início e término, acompanhada de relatório fotográfico, diário da obra e de apresentação de cópias das Certidões Negativas referentes a obrigações fiscais municipais, estadual, federal; de FGTS e de regularidade Trabalhista do período.
- 11.2 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- 11.3 O recebimento provisório será realizado por setor técnico da Prefeitura Municipal após a entrega da documentação acima, que procederá a inspeção dos serviços executados, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques, revisões finais que se fizerem necessários.
- 11.4 A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 11.5 A aprovação da medição prévia apresentada pela contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados;
- 11.6 No prazo de 10 dias a partir do recebimento provisório, o setor técnico responsável providenciará o recebimento definitivo, após atestar a execução dos serviços, e comunicará a empresa para que emita a Nota Fiscal, com o valor dimensionado pela fiscalização, cujo pagamento ocorrerá dentro do prazo de 20 dias.
- 11.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

11.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no projeto e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

#### 12. DO PAGAMENTO

- 12.1. O pagamento será realizado de forma parcelada, a partir da conclusão de cada etapa, conforme Cronograma Físico Financeiro parte integrante do instrumento convocatório, devendo ser realizado em conformidade com as medições apresentadas e após o recebimento definitivo pela Prefeitura Municipal.
- 12.2. Por ocasião do pagamento, deverá o proponente apresentar, em cada ato, cópia das Certidões Negativas referentes a regularidade fiscal Municipal, Estadual, Federal, de FGTS, e de regularidade Trabalhista, diário de obra, e relatório fotográfico da obra, para análise do setor técnico responsável, sendo que a não apresentação implicará o não recebimento da medição, e por consequência a não realização do pagamento até ocorrer a regularização.
- 12.3. A empresa contratada emitirá a Nota Fiscal, após autorização da Prefeitura Municipal e aprovação do boletim de medição acompanhado do ART/CREA da obra, devendo aguardar o prazo de até 20 dias da emissão da Nota Fiscal para receber o pagamento.
- 12.4. No ato de pagamento, o Poder Público realizará a retenção de tributos devidos à seguridade social e ao fisco, cuja obrigação de retenção esteja prevista em lei.
- 12.5. Caso seja verificada irregularidade nos documentos apresentados pela empresa, o prazo para realização do pagamento correrá após a sua regularização.

#### 13. REAJUSTE

- 13.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 13.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INCC (ÍNDICE NACIONAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 13.3 O contrato poderá sofrer alteração em conformidade com o art. 65, d, da Lei nº 8.666, caso seja verificada as hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro previstas na lei.

### 14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1 A Contratada que, injustificadamente, descumprir a legislação ou cláusulas contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos neste Contrato ou sua inexecução total ou parcial ficará sujeita às sanções a seguir especificadas.
- 14.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:
- a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

- e) cometer fraude fiscal.
- 14.3 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
  - a) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
  - b) Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução do serviço ou obra, até o limite de 9.9% correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal. Após o décimo trigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
  - c) Multa administrativa, graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a até 10% (dez por cento) do valor do contrato, acumulável com as demais sanções legais; no caso de período superior ao item acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
  - d) Multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
  - e) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
  - f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 14.4 Todas essas penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, garantidos sempre ao direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 14.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

#### 15. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 15.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 15.2 Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 15.3 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 15.4 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

Folha Nº:



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

### 16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 16.1 O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.
- 16.2 Tal valor foi obtido a partir de planilha orçamentária elaborada a partir da tabela COPASA e composição de referência, levantado pela engenharia.

### 17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

17.1 As despesas decorrentes da presente licitação e do respectivo contrato correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal nas seguintes dotações orçamentárias:

UNID ORÇAMENTARIA	02.009.000	SECRETARIA MUNIC OBRAS E URBANISMO
FUNÇÃO	17	SANEAMENTO
SUFUNÇÃO	511	SANEAMENTO BASICO RURAL
PROGRAMA	1701	ABASTECIMENTO DE ÁGUA
PROJ/ATIVIDADE	1.346	CONST POCOS ARTESIANOS C.RURAIS
CONTA	4 4 90 51 00	OBRAS E INSTALAÇÕES
FONTE	100/200	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
FICHA	693	
UNID ORÇAMENTARIA	02.009.000	SECRETARIA MUNIC OBRAS E URBANISMO
FUNÇÃO	17	SANEAMENTO
SUFUNÇÃO	511	SANEAMENTO BASICO RURAL
PROGRAMA	1701	ABASTECIMENTO DE ÁGUA
PROJ/ATIVIDADE	1.346	CONST POCOS ARTESIANOS C.RURAIS
CONTA	4 4 90 51 00	OBRAS E INSTALAÇÕES
FONTE	108/208	COMPENS FINANC REC MINERAIS (CFEM)
FICHA	693	
UNID ORÇAMENTARIA	02.009.000	SECRETARIA MUNIC OBRAS E URBANISMO
FUNÇÃO	17	SANEAMENTO
SUFUNÇÃO	511	SANEAMENTO BASICO RURAL
PROGRAMA	1701	ABASTECIMENTO DE ÁGUA
PROJ/ATIVIDADE	1.346	CONST POCOS ARTESIANOS C.RURAIS
CONTA	4 4 90 51 00	OBRAS E INSTALAÇÕES
FONTE	186/286	TRANSF UNIÃO ROYALT PETROLEO\GÁS NAT
FICHA	693	
UNID ORÇAMENTARIA	02.009.000	SECRETARIA MUNIC OBRAS E URBANISMO
FUNÇÃO	17	SANEAMENTO
SUFUNÇÃO	511	SANEAMENTO BASICO RURAL
PROGRAMA	1701	ABASTECIMENTO DE ÁGUA
PROJ/ATIVIDADE	1.346	CONST POCOS ARTESIANOS C.RURAIS
CONTA	4 4 90 51 00	OBRAS E INSTALAÇÕES
FONTE	169/269	TRANSF ESPECIAL RESOL SEGOV
FICHA	693	



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

Integram este Projeto Básico, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- 1) Planilha Orçamentária;
- 2) Cronograma Físico Financeiro;
- 3) Memorial Descritivo;
- 4) Composição BDI;
- 5) Projetos Pranchas.

# **Download dos arquivos: ANEXO VIII do Edital**

### 1) Planilha Orçamentária:

				OF	RÇAM	ENTO	DISCRI	MINATIVO -	MATERIAIS			
			OBRAS	DE S	ANEA	MEN	TO- CAP	TAÇÃO DE A	ÁGUA SUBTE	RRANEA		
Propo	nente											
PREF	EITURA M	UNICIPAL	DE CORO	NEL X	AVIE	R CH	AVES-MO	3	Local:	COMUNIDA MACHADO	DE - QUEBRA	
Obr a:						Muni	cipio:			1		UF
PERF	URAÇÃO I		- CAPTAÇ	ÃO DE	:	СО	RONEL	CAVIER CHA	VES			MG
AGG	OOBIEKI		da Global								BDI	26,29 %
				1 1	ı				l	DATA BASE SETEMBRO	: COPASA -	
										VALORES (R		
ITE	FONTE DE	OÓDIO	DECOR	1010	DO0	U	QUAN	CUSTO	SEM BDI		·,	
M	PREÇO	CÓDIG O	DESCR SER	IÇAO I		N	Т	UNITÁRIO	TOTAL	C/ BDI	TOTAL DO	%
						POÇ	O - QUE	BRA MACHA	NDO			
1.1	COPASA	650010 70	Transp. S Equip. Ac e Volta	Sonda. essório	o Ida	k m	131,8	R\$ 23,86	R\$ 3.144,75	R\$ 30,13	R\$ 3.971,13	
1.2	COPASA	650010 69	Instalação Canteiro		a	U	1	R\$ 671,71	R\$ 671,71	R\$ 848,30	R\$ 848,30	
1.3	COPASA	650010 91	Perfuraçã camadas inconsiste Diâmetro	io em entes:		Mt	20	R\$ 243,70	R\$ 4.874,00	R\$ 307,77	R\$ 6.155,40	
1.4	COPASA	650010 93	Perfuraçã sã ou cor diâmetro	io em r sistent	ocha	Mt	80	R\$ 218,66	R\$ 17.492,80	R\$ 276,15	R\$ 22.092,00	
1.5	COPASA	650011 03	TUBULAG ALIMENT PRE-FILT POCO TU PROFUN FORNEC INSTALA Schedule	CAO P. TACAO TRO P. JBULA DO - IMENT CAO (1	DE ARA R	Mt	20	R\$ 56,79	R\$ 1.135,80	R\$ 71,72	R\$ 1.434,40	
1.6	COPASA	650011 05	Pedra Bri para ser u como pré incluso)	tada: " utilizad	а	M 3	1,42	R\$ 171,13	R\$ 243,00	R\$ 216,12	R\$ 306,89	
1.7	COPASA	650011 11	DESENV O E TES VAZAO C COMPRE ACIMA D	TE DE COM ESSOR E 150	t PCM	Hr	24	R\$ 176,31	R\$ 4.231,44	R\$ 222,66	R\$ 5.343,84	
1.8	COPASA	650010 97	REVESTI DE POÇ	MENT	0	Mt	30	R\$ 86,59	R\$ 2.597,70	R\$ 109,35	R\$ 3.280,50	



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

			I =			1		1	1	1
			TUBULARES PROFUNDOS EM							
			TUBOS DE ACO							
			CARBONO PRETO,							
			GALVANIZADO OU INOXIDAVEL -							
			DIAM.6 POLEGADAS							
1.9	COPASA	650011 09	Instalação e retirada da tubulação de teste	М	20	R\$ 9,76	R\$ 195,20	R\$ 12,33	R\$ 246,60	
1.10	COPASA	650011 07	Laje de proteção	U n	1	R\$ 713,35	R\$ 713,35	R\$ 900,89	R\$ 900,89	
1.11	COPASA	650011 14	Análise Físico Química da água	U n	1	R\$ 362,19	R\$ 362,19	R\$ 457,41	R\$ 457,41	
1.12	COPASA	650011	Análise	U	1	R\$ 118,52	R\$ 118,52	R\$ 149,68	R\$ 149,68	
		15	Bacteriológica da água	n						
1.13	COPASA	650011	Cimentação do	Mt	10	R\$ 23,97	R\$ 239,70	R\$ 30,27	R\$ 302,70	
		01	espaço anelar com tubo de cimento e							
			areia							
1.14	COPASA	650011 06	DESINFECCAO DE POCO COM	U	1	R\$ 44,87	R\$ 44,87	R\$ 56,67	R\$ 56,67	
		06	UTILIZACAO DE	n						
			PRODUTOS							
1.15	COPASA	650011	QUIMICOS TAMPA DE	U	1	R\$ 86,62	R\$ 86,62	R\$ 109,39	R\$ 109,39	1
1.13	OOI AOA	08	PROTECAO DO	n		1(ψ 00,02	Νψ 00,02	Ι (ψ 100,00	Αψ 105,55	
			POCO PROFUNDO							
			EM ACO PRETO LISO DIN2440							
1.16	COPASA	650010	AUTORIZACAO DE	U	1	R\$ 190,63	R\$ 190,63	R\$ 240,75	R\$ 240,75	
		73	PERFURACAO DE POCO TUBULAR	n						
			PROFUNDO							
1.17	COPASA	650010	PRODUTO QUIMICO	Kg	50	R\$ 40,09	R\$	R\$ 50,63	R\$ 2.531,50	
		98	PARA REMOCAO DE FLUIDO DE				2.004,50			
			PERFURAÇÃO E							
			LIMPEZA DE POCO TUBULAR							
			PROFUNDO -							
			FORNECIMENTO E							
1.18	COPASA	650042	APLICACAO ABRIGO PARA	U	1	R\$	R\$	R\$	R\$ 8.736,09	
1	00171071	02	PAINEL ELETRICO	n		6.917,48	6.917,48	8.736,09	114 0.1 00,00	
			DE POCO							
1.19	COPASA	650042	PROFUNDO INSTALACOES	U	1	R\$	R\$	R\$	R\$ 1.453,94	
		01	ELETRICAS PARA	n	•	1.151,27	1.151,27	1.453,94	, ,,,,,,,	
			ABRIGO DE PAINEL ELETRICO DE							
			POCO							
4.00	000404	050010	PROFUNDO	.,	•	D# 57.00	D# 444.00	D# 70.00	D# 444.70	
1.20	COPASA	650010 77	ELETRODOS PARA RELE DE NIVEL -	U n	2	R\$ 57,30	R\$ 114,60	R\$ 72,36	R\$ 144,72	
			FORNECIMENTO E							
			INSTALACAO EM							
			POCO PROFUNDO							
1.21			Conjunto de				R\$		R\$ 10.480,18	
			Motobomba submerso, p/ vazão				8.298,50			
			até 5.000l/h, 220V,							
	COTAÇÃ	MÉDIA	bifásico, com quadro	U	1	R\$		R\$		
	0		de comando, bomba instalada de 60 ate	n		8.298,50		10.480,18		
			100 metros de							
			profundidade com até 140 MCA.							
			ate 140 MOA.			l		1	1	



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

1.22		650010 76	CAVALETE P/ POCOS PROFUNDOS (P COPASA 081/-) - MONTAGEM E INSTALACAO	Un	1	R\$ 6.890,87	R\$ 6.890,87	R\$ 8.702,48	R\$ 8.702,48	
1.23	COPASA	650011 16	RELATORIOS FINAL DE POCO (BOMBEAMENTO E RECUPERACAO DE NIVEL, PERFIL GEOLOGICO E HISTORICO DE PERFURACAO)	⊃ c	1	R\$ 149,95	R\$ 149,95	R\$ 189,37	R\$ 189,37	
								TOTAL	R\$ 78.134,8	13

<sup>\*\*</sup> Considerando como ponto de partida a cidade de São João Del-Rei e ponto de chegada a Comunidade Quebra Machado / 21° 0'56.82"S 44°10'7.97"W

### 2) Cronograma Físico-Financeiro:

	CRONOGRAMA	FÍSICO	FINANCEI	RO (R01)			
Prefeit	ura Municipal de CORONEL XAVIER	CHAVES/	MG				
Prazo d	de execução: 60 dias						
COMUI	NIDADE - QUEBRA MACHADO						
% DO VALOR (PA) 2 meses							
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	RIMINAÇÃO ITEM VALOR (R\$) 1 MÊS					
EDIFICA	ÇÕES						
4	POÇO TUBULAR PROFUNDO -		D¢ 70 404 00	50%	50%		
1	COMUNIDADE QUEBRA MACHADO		R\$ 78.134,83	R\$ 39.067,42	R\$ 39.067,42		
	TOTAL DESEMBOLSO MENSAL	100%		R\$ 39.067,42	R\$ 39.067,42		
	DESEMBOLSO ACUMULADO			R\$ 39.067,42	R\$ 78.134,83		

### 3) Memorial Descritivo:

# **DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

### 1.1 - OBJETIVO

Este documento tem por objetivo definir e especificar os detalhes técnicos para a construção de um poço tubular profundo, para captação de água subterrânea, destinada a abastecimento público, bem como, o fornecimento e instalação completo de equipamento de recalque da água do poço incluindo fornecimento de mão de obra e equipamentos.

# 1.2 - LOCALIZAÇÃO DO POÇO TUBULAR

Os poços tubulares serão construídos nas seguintes localidades:



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

# FOTO-01 - LOCALIDADE DO POÇO NA COMUNIDADE DA QUEBRA MACHADO



Coordenadas 21° 0'56.82"S 44°10'7.97"W

# 1.3 - LOCAÇÃO DO POÇO TUBULAR

O local da perfuração do poço tubular profundo deverá ser definido com base nos estudos executados para a definição dos mananciais subterrâneos (levantamentos geológicos de superfície associados a estudos indiretos através de levantamentos geofísicos). Em todos os casos, só será permitido a construção de poços tubulares profundos em áreas públicas. Caso a locação executada com base nos estudos acima venha a se posicionar em área particular, os trabalhos de perfuração do poço tubular profundo só serão iniciados, após a apresentação ao técnico da PREFEITURA MUNICIPAL, de documento legal, comprovando a desapropriação ou termo de doação dessa área, tornando-a pública.

# 2 - ELEMENTOS CONSTRUTIVOS DO POÇO

# 2.1 - EM ROCHAS CRISTALINAS (AQUÍFERO FISSURADO)

# 2.1.1 - MÉTODO DE PERFURAÇÃO

A perfuração deverá ser feita por sondagem percussora e/ou roto- pneumática, atendendo às exigências contidas na NBR 12.244 (Construção de poço para captação de água subterrânea), e demais normativas no que for aplicável.

#### 2.1.2 - PROFUNDIDADE



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

A profundidade a ser atingida deverá estar em conformidade com o anteprojeto do poço tubular profundo, da ordem de 100 metros, executado com base nos estudos de definição do manancial subterrâneo, podendo variar de 25% para mais ou para menos, com anuência expressa da Contratante.

# 2.1.3 - DIÂMETRO DE PERFURAÇÃO

O diâmetro mínimo de perfuração será de 10" (dez polegadas), ao longo da camada material inconsolidade (solo e rocha alterada), enquanto que em rocha sã o diâmetro de perfuração mínima será de 6" (seis polegadas). O poço deverá obrigatoriamente ser cimentado nos 10 metros iniciais, para o selo de proteção sanitária.

Os diâmetros de perfuração deverão estar devidamente relacionados no Anexo A - Anteprojeto do Poço Tubular e Planilha de Custos, referindo-se os mesmos as metragens estimadas a serem perfuradas, de acordo com a geologia local.

#### 2.1.4 - REVESTIMENTO

O poço será parcialmente revestido no diâmetro de 6" (seis polegadas). A coluna de revestimento deverá ter as extremidades rosqueadas e/ou soldadas. Somente serão admitidos pela fiscalização materiais novos (tubos de revestimento e luvas). A tubulação de revestimento deverá ser de materiais normatizados, de acordo com os aspectos geológicos e hidrogeológico da localidade, em conformidade com o anteprojeto.

### 2.1.5 - COLETA E ACONDICIONAMENTO DAS AMOSTRAS

As amostras do material perfurado deverão ser coletadas a cada 2 (dois) metros de profundidade, ou sempre que ocorrer qualquer mudança litológica, de coloração do material ou na velocidade de avanço da perfuração. As amostras coletadas serão acondicionadas em sacos plásticos ou de pano, etiquetados com as seguintes informações: Número do poço, data, local, município, número de ordem e intervalo amostrado.

# 2.1.6 - DESENVOLVIMENTO DO POÇO

O desenvolvimento do poço deverá ser feito através do método "airlift", podendo ser complementado com a utilização de bomba submersa, se assim se fizer necessário (de acordo com solicitação da fiscalização).

O desenvolvimento será considerado concluído quando for atingida uma turbidez igual ou menor que 5 (cinco) na escala de sílica ou 10 (dez) mg de sólidos para cada litro de água extraída e límpida.

# 3.1 - TESTE DE PRODUÇÃO

### 3.1.1 - EQUIPAMENTOS AUXILIARES E DESTINO DA ÁGUA



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

A Contratada deverá fornecer toda a tubulação da descarga necessária ao bombeamento, a uma distância adequada do poço, de forma a não interferir no resultado do teste. Deverá ainda fornecer e instalar dispositivos de capacidade e tipos aprovados para medição de vazão. Para vazões iguais ou superiores a 50 m/h, deverão ser utilizados medidores contínuos tipo Venturi, orifício calibrado, vertedouros ou outros que melhor se adaptem a situação. Para vazões menores, poderão ser utilizados recipientes com capacidade mínima de 200 litros.

O equipamento do teste de produção será bomba submersa e deverá ser dimensionado para vazão compatível com a previsão de produção do poço, ficando por conta da contratada o fornecimento de energia elétrica, quer por gerador ou pela rede local.

Com o resultado do teste de produção, deverá ser apresentada relatório contendo os seguintes parâmetros: intervalos de medições de vazões e as respectivas vazões medidas, valores de rebaixamento condicionados aos tempos de medições e tempo de recuperação do nível estático, bem como, de Tempo x Vazão, Tempo x Rebaixamento e Tempo x Recuperação.

# 3.1.2 - DURAÇÃO DO TESTE

O ensaio final deverá ser conduzido do seguinte modo:

- a) Teste de vazão contínua com duração mínima de 24 horas, se o nível dinâmico estabilizar durante pelo menos as últimas 6(seis) horas do teste. Se tal estabilização não ocorrer nesse período, a vazão de bombeamento deverá ser reduzida em cerca de 20% e, o teste prolongado por mais 12 (doze) horas, devendo o nível estabilizar durante as últimas 6 (seis) horas.
- b) Teste escalonado após a recuperação total do nível estático, com vazões de 30%,60%, e 100% da vazão mínima a ser extraída, com duração total mínima de 48 horas.

A variação do nível de água dentro do poço, deverá ser acompanhada com um medidor elétrico, sensível, com plaquetas numeradas metro a metro no cabo elétrico e com anéis intermediários sem numeração. O eletrodo do medidor elétrico deverá descer no poço em tubulação de proteção independente.

As interrupções acidentais, que possam vir a ocorrer durante o teste de produção, desde que haja acordo entre **contratada** e a fiscalização, poderão ser compensadas mediante uma programação correspondente, para complementar o ensaio.

# 3.2 - ENSAIO DE VERTICALIDADE E ALINHAMENTO

### 3.2.1 - REQUISITOS PARA O ENSAIO

Os ensaios de verticalidade e alinhamento deverão ser realizados após a completa construção do poço e antes do seu recebimento. Ficará a cargo da contratada ou no caso de solicitação expressa pela a fiscalização, a execução de ensaios adicionais durante a execução da obra.

# 3.2.2 - DESCRIÇÃO DO ENSAIO

A verticalidade e alinhamento serão verificados através de um gabarito de



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

espessura e dobro do comprimento da bomba, que será utilizada no poço, e por prumo. O alinhamento será feito por prumo cujo diâmetro externo não deverá ser de 25 (vinte e cinco) mm menor que o diâmetro interno do revestimento a ser examinado.

O gabarito deverá ser construído de uma haste rígida, com 3 (três) anéis, tendo cada um 30 (trinta) cm de largura. Os anéis deverão ser perfeitamente cilíndricos e espaçados de modo que dois deles fiquem nas extremidades e um no meio da haste. A haste do gabarito deverá ser rígida de modo que se mantenha o alinhamento dos eixos dos anéis.

### 3.2.3 - REQUISITOS PARA AFERIÇÃO DA VERTICALIDADE E ALINHAMENTO

Alinhamento: o gabarito deverá descer livremente ao longo do revestimento ou furo, até 30 metros abaixo da profundidade prevista para a colocação da bomba, que deverá ser de 12 metros abaixo do nível dinâmico medido no teste de vazão, para produção máxima do poço.

Verticalidade: o prumo não deverá se desviar da vertical a cada 30 metros de 2/3 (dois terços) da diferença entre o dinâmico interno do trecho em exame e o diâmetro do prumo. A verticalidade e o alinhamento deverão ser corrigidos às expensas da **Contratada**.

Deverão ser executados na presença da Fiscalização os serviços de colocação dos revestimentos, cimentação, desenvolvimento do poço, teste de produção verificação da verticalidade e alinhamento.

A Fiscalização poderá a qualquer momento solicitar ao responsável pela obra a substituição de funcionários da **Contratada** por outro da mesma função por má conduta técnica ou não cumprimento das especificações.

### 4.4 - RECEBIMENTO DO POCO

Somente será aceito o poço que tiver as fases construtivas aprovadas pela fiscalização e de acordo com o projeto final. Constituem motivos para o não recebimento do poço:

- Alinhamento ou verticalidade fora dos limites de tolerância;
- Perda do poço por deficiência operacional ou equipamento;
- Isolamento inadequado do aquífero superficial e/ou aquíferos indesejáveis;
- Deficiência de produção de água decorrente de má conclusão do poço tubular;
- Turbidez superior a 5(cinco) na escala de sílica ou produção de areia superior a 10 (dez)mg/l.

O recebimento do poço se dará em duas etapas:

- 1) Recebimento provisório após o término da construção do poço e a realização do teste de Vazão e da emissão do Boletim de Análise físico-química.
- 2) Recebimento definitivo se fará após a utilização do poço durante o tempo de 6(seis) meses para o fim que foi projetado.

## 4.5 – PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução 60 (Sessenta) dias por poço, salvo motivos de força maior. Obs.: a Obra só poderá ser dada por finalizada após a comprovação do teste de vazão e



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

do Boletim de análise físico-químico e bacteriológica da água do poço.

### 4.6 - GARANTIA DOS SERVIÇOS

A Contratada é responsável pela garantia da qualidade dos materiais empregados, serviços realizados e previstos nesta especificação, especialmente contra defeitos de qualidade dos tubos e revestimentos e filtros e vazamento nas luvas, devendo, se ocorrer, serem corrigidos ás próprias expensas.

### 4.7 - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

A proposta para a construção de poços tubulares profundos deverá ser apresentada tornando-se por base o metro linear de poço construído e deverá contemplar todos os custos decorrentes da aplicação desta especificação técnica.

### 4.8 - HABILITAÇÃO TÉCNICA

- Ser empresa de construção de poços, devidamente cadastrada no CREA.
- Apresentar CAT do Responsável Técnico.
- Apresentar relação de equipamentos pertinentes á obra.

### 4.9 - OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Contratada se encarregará de obter a autorização ambiental para perfuração do poço perante órgão estadual de meio ambiente, ficando também incumbida de emitir a ART/CREA relativo a execução da perfuração do poço.

# (Projeto, Planilhas, Memória de Cálculo, Cronograma Físico Financeiro – Anexo VIII)



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: <u>licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br</u>

#### ANEXO II

MODELO PROPOSTA COMERCIAL

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL XAVIER CHAVES
A/C: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2022
TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO, PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA, DESTINADA AO ABASTECIMENTO PÚBLICO NA COMUNIDADE QUEBRA MACHADO, COM O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO COMPLETO DE EQUIPAMENTO DE RECALQUE DA ÁGUA DO POÇO, BEM COMO A OBTENÇÃO DE TODAS AS LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES PERANTE AOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS.

OBS: <u>Fazem parte da proposta a PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DA OBRA BEM COMO O CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, preenchidos com os valores ofertados pela licitante.</u>

A empresa	, insc , apresenta proposta de pi	 	, por 22, Tomada de Pr			representante	legal
O valor do preço global o custos unitários de cada ito	• •	,	ente.	). A presente	e proposta	também apresel	nta os

RUA PADRE REIS, 84, CENTRO, CORONEL XAVIER CHAVES / MG, CEP: 36.330-000 – TEL: (32) 3357-1235.



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: <u>licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br</u>

OBRAS DE SANEAMENTO- CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRANEA											
Propon								1 -			
	ITURA MUNIC	CIPAL DE CORON	IEL XAVIER CHAVES-MG				Local:	COMUNIDA	DE - QUEBRA MA		
Obra:			(		icípio:		_			UF	
	RAÇAO DE P RRANEA	OÇO - CAPTAÇÃ		COF	RONEL XA	VIER CHAVE	S			MG	
		Empreitada Globa	l						BDI	26,29%	
									E: COPASA - SET	EMBRO/2022	
								VALORE	S (R\$)		
	FONTE DE		~			CUSTO S	EM BDI				
ITEM	PREÇO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL	C/ BDI	TOTAL DO ITEM	%	
	POÇO - QUEBRA MACHADO										
1.1	COPASA	65001070	Transp. Sonda. Equip. Acessório Ida e Volta	km	131,8						
1.2	COPASA	65001069	Instalação do Canteiro de Obra	Un	1						
1.3	COPASA	65001091	Perfuração em camadas inconsistentes: Diâmetro de 10"	Mt	20						
1.4	COPASA	65001093	Perfuração em rocha sã ou consistente: diâmetro 06"	Mt	80						
1.5	COPASA	65001103	TUBULACAO PARA ALIMENTACAO DE PRE-FILTRO PARA POCO TUBULAR PROFUNDO - FORNECIMENTO E INSTALACAO (tipo	Mt	20						

RUA PADRE REIS, 84, CENTRO, CORONEL XAVIER CHAVES / MG, CEP: 36.330-000 – TEL: (32) 3357-1235.



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: <u>licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br</u>

1 1			Schedule)	]				
1.6	COPASA	65001105	Pedra Britada: "Brita" para ser utilizada como pré-filtro (frete incluso)	М3	1,42			
1.7	COPASA	65001111	DESENVOLVIMENTO E TESTE DE VAZAO COM COMPRESSOR ACIMA DE 150 PCM	Hr	24			
1.8	COPASA	65001097	REVESTIMENTO DE POÇOS TUBULARES PROFUNDOS EM TUBOS DE ACO CARBONO PRETO, GALVANIZADO OU INOXIDAVEL - DIAM.6 POLEGADAS	Mt	30			
1.9	COPASA	65001109	Instalação e retirada da tubulação de teste	М	20			
1.10	COPASA	65001107	Laje de proteção	Un	1			
1.11	COPASA	65001114	Análise Físico Química da água	Un	1			
1.12	COPASA	65001115	Análise Bacteriológica da água	Un	1			
1.13	COPASA	65001101	Cimentação do espaço anelar com tubo de cimento e areia	Mt	10			
1.14	COPASA	65001106	DESINFECCAO DE POCO COM UTILIZACAO DE PRODUTOS QUIMICOS		1			
1.15	COPASA	65001108	TAMPA DE PROTECAO DO POCO PROFUNDO	Un	1		<u> </u>	

RUA PADRE REIS, 84, CENTRO, CORONEL XAVIER CHAVES / MG, CEP: 36.330-000 – TEL: (32) 3357-1235.



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

			EM ACO PRETO LISO DIN2440					
1.16	COPASA	65001073	AUTORIZACAO DE PERFURACAO DE POCO TUBULAR PROFUNDO	Un	1			
1.17	COPASA	65001098	PRODUTO QUIMICO PARA REMOCAO DE FLUIDO DE PERFURACAO E LIMPEZA DE POCO TUBULAR PROFUNDO - FORNECIMENTO E APLICACAO	Kg	50			
1.18	COPASA	65004202	ABRIGO PARA PAINEL ELETRICO DE POCO PROFUNDO	Un	1			
1.19	COPASA	65004201	INSTALACOES ELETRICAS PARA ABRIGO DE PAINEL ELETRICO DE POCO PROFUNDO	Un	1			
1.20	COPASA	65001077	ELETRODOS PARA RELE DE NIVEL - FORNECIMENTO E INSTALACAO EM POCO PROFUNDO	Un	2			
1.21	COTAÇÃO	MÉDIA	Conjunto de Motobomba submerso, p/ vazão até 5.000l/h, 220V, bifásico, com quadro de	Un	1			

RUA PADRE REIS, 84, CENTRO, CORONEL XAVIER CHAVES / MG, CEP: 36.330-000 – TEL: (32) 3357-1235.



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: <u>licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br</u>

' Cons	siderando com	o ponto de partida	a cidade de São João Del-R	tei e p	onto de ch	negada a Con	าunidade Qu	iebra Machad	o / 21° 0'56.82"S 4	44°10'7.97"W
								TOTAL		
			(BOMBEAMENTO E RECUPERACAO DE NIVEL, PERFIL GEOLOGICO E HISTORICO DE PERFURACAO)							
.23	COPASA	65001116	RELATORIOS FINAL DE POCO	Un	1					
.22		65001076	CAVALETE P/ POCOS PROFUNDOS (P COPASA 081/-) - MONTAGEM E INSTALACAO	Un	1					
			comando, bomba instalada de 60 ate 100 metros de profundidade com até 140 MCA.							

Outrossim, o proponente declara que:

- a) tem conhecimento e que aceita as condições impostas pelo edital e seus anexos;
- b) a obra será executada dentro do prazo previsto no instrumento convocatório;
- c) a garantia dos serviços executados será de 05 (cinco) anos;
- d) que os preços consignados nesta proposta abrangem todas as despesas com equipamentos, leis sociais, seguros, todos os tributos incidentes e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários para a execução do serviço bem como o fornecimento de todos os materiais a serem empregados na obra, declaro também que estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos.

Folha Nº:

e) que tem conhecimento do edital nº 92/2022, submetendo as condições nele estabelecidas, que tem ciência das condições necessárias para a execução dos serviços e eventuais dificuldades.



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: <u>licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br</u>

Para contato com a empresa, poderá ser utilizado os seguintes meios, por meio dos quais serão atendidos prontamente as comunicações realizadas pela Prefeitura Municipal:

Telefone: E-mail:

Local e data

Razão Social da Empresa:

Endereço: CNPJ:

Nome do responsável/procurador:

Cargo do responsável/procurador:

 $N^{\text{o}}$  do documento de identidade:

Assinatura

RUA PADRE REIS, 84, CENTRO, CORONEL XAVIER CHAVES / MG, CEP: 36.330-000 – TEL: (32) 3357-1235.

Folha No:



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: <u>licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br</u>

### ANEXO III

	MINUTA DE CONTRA	АТО
	ESSO LICITATÓRIO № 92/2022 DA DE PREÇOS № 05/2022	
		Que entre si fazem, de um lado, na qualidade de contratante, o município de Coronel Xavier Chaves, e de outro, como contratado o, nos termos das cláusulas e condições a seguir fixadas:
Oliveira nscrito disposi celebra	O Município de Coronel Xavier Chaves, com sede na Chaves/MG, CEP 36330-000, neste ato representado a Pinto, CPF 898.880.906-82, doravante denominado (a) no CNPJ/MF sob o nº	pelo Prefeito Municipal, Fúvio Olímpio de CONTRATANTE, e o (a)
l.	CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO	
I.1.	O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃ A CONSTRUÇÃO DE POÇO TUBULAR PROF SUBTERRÂNEA, DESTINADA AO ABASTECIMENT MACHADO, COM O FORNECIMENTO E INSTALAC RECALQUE DA ÁGUA DO POÇO, BEM COMO A CAUTORIZAÇÕES PERANTE AOS ÓRGÃOS AMBIE estabelecidas no Projeto Básico e demais documen Instrumento Convocatório do certame que deu origem	UNDO, PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA O PÚBLICO NA COMUNIDADE QUEBRA ÇÃO COMPLETO DE EQUIPAMENTO DE OBTENÇÃO DE TODAS AS LICENÇAS E ENTAIS, que será prestado nas condições tos técnicos que se encontram anexos ao
1.2.	Este Termo de Contrato vincula-se ao Instrumento 05/2022 e seus anexos, identificado no preâm independentemente de transcrição.	
1.3.	O presente contrato será realizado em regime de e preço global para a execução do objeto, conforme financeiro.	
2.	CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO	
2.1.	O valor total da contratação é de R\$ apresentada na proposta do contratante, com especifitem.	
2.2.	No valor acima estão incluídas todas as despesas o execução do objeto, inclusive tributos e/ou ir previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem o	npostos, encargos sociais, trabalhistas,

RUA PADRE REIS, 84, CENTRO, CORONEL XAVIER CHAVES / MG, CEP: **36.330-000 – TEL: (32) 3357-1235.** 

frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Folha N°:



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

- **2.3.** Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 2.4. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INCC (ÍNDICE NACIONAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- **2.5.** O contrato poderá sofrer alteração em conformidade com o art. 65, d, da Lei nº 8.666, caso seja verificada as hipóteses de reequilíbrio econômico financeiro previstas na lei.

### 3. CLÁUSULA TERCERIA – DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 3.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha de cálculo detalhada dos itens, indicando data de início e término, acompanhada de relatório fotográfico, diário da obra e de apresentação de cópias das Certidões Negativas referentes a obrigações fiscais municipal, estadual, federal; de FGTS e de regularidade Trabalhista do período.
- 3.2 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- 3.3. O recebimento provisório será realizado por setor técnico da Prefeitura Municipal após a entrega da documentação acima, que procederá a inspeção dos serviços executados, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques, revisões finais que se fizerem necessários.
- 3.4. A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 3.5. A aprovação da medição prévia apresentada pela contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados;
- 3.6. No prazo de 10 dias a partir do recebimento provisório, o setor técnico responsável providenciará o recebimento definitivo, após atestar a execução dos serviços, e comunicará a empresa para que emita a Nota Fiscal, com o valor dimensionado pela fiscalização, cujo pagamento ocorrerá dentro do prazo de 20 dias.
- 3.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 3.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no projeto e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 4. CLÁUSULA TERCEIRA DO PAGAMENTO



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: <u>licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br</u>

- 4.1. O pagamento será realizado de forma parcelada, a partir da conclusão de cada etapa, conforme Cronograma Físico Financeiro parte integrante do instrumento convocatório, devendo ser realizado em conformidade com as medições apresentadas e após o recebimento definitivo pela Prefeitura Municipal.
- 4.2. Por ocasião do pagamento, deverá o proponente apresentar, em cada ato, cópia das Certidões Negativas referentes a regularidade fiscal Municipal, Estadual, Federal, de FGTS, e de regularidade Trabalhista, diário de obra, e relatório fotográfico da obra, para análise do setor técnico responsável, sendo que a não apresentação implicará o não recebimento da medição, e por consequência a não realização do pagamento até ocorrer a regularização.
- 4.3. A empresa contratada emitirá a Nota Fiscal, após autorização da Prefeitura Municipal e aprovação do boletim de medição acompanhado do ART/CREA da obra, devendo aguardar o prazo de até 20 dias da emissão da Nota Fiscal para receber o pagamento.
- 4.4. No ato de pagamento, o Poder Público realizará a retenção de tributos devidos à seguridade social e ao fisco, cuja obrigação de retenção esteja prevista em lei.
- 4.5. Caso seja verificada irregularidade nos documentos apresentados pela empresa, o prazo para realização do pagamento correrá após a sua regularização.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTE

- 5.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 5.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INCC (ÍNDICE NACIONAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 5.3. O contrato poderá sofrer alteração em conformidade com o art. 65, d, da Lei nº 8.666, caso seja verificada as hipóteses de reequilíbrio econômico financeiro previstas na lei.

### 6. CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

- 6.1. O presente contrato vigorará por **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por meio de termo aditivo, nas hipóteses permitidas pelo art. 57 da Lei 8.666/93.
- 6.2. O prazo de execução do objeto é de **02 (dois) meses**, e será iniciado a partir da notificação de ordem de serviço, autorização, e determinação de início da obra realizada pela Administração Municipal, cujas etapas observarão serão realizadas conforme o cronograma físico financeiro.
- 6.3. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria para o exercício de 2022, na classificação abaixo:



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: <u>licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br</u>

UNID ORÇAMENTARIA	02.009.000	SECRETARIA MUNIC OBRAS E URBANISMO
FUNÇÃO	17	SANEAMENTO
SUFUNÇÃO	511	SANEAMENTO BASICO RURAL
PROGRAMA	1701	ABASTECIMENTO DE ÁGUA
PROJ/ATIVIDADE	1.346	CONST POCOS ARTESIANOS C. RURAIS
CONTA	4 4 90 51 00	OBRAS E INSTALAÇÕES
FONTE	100/200	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
FICHA	693	
UNID ORÇAMENTARIA	02.009.000	SECRETARIA MUNIC OBRAS E URBANISMO
FUNÇÃO	17	SANEAMENTO
SUFUNÇÃO	511	SANEAMENTO BASICO RURAL
PROGRAMA	1701	ABASTECIMENTO DE ÁGUA
PROJ/ATIVIDADE	1.346	CONST POCOS ARTESIANOS C. RURAIS
CONTA	4 4 90 51 00	OBRAS E INSTALAÇÕES
FONTE	108/208	COMPENS FINANC REC MINERAIS (CFEM)
FICHA	693	, ,
LINID ODCAMENTADIA	100,000,000	CECRETARIA MUNIC ORRAC E LIRRANICMO
UNID ORÇAMENTARIA	02.009.000	SECRETARIA MUNIC OBRAS E URBANISMO
FUNÇÃO	17	SANEAMENTO PAGICO PUPAL
SUFUNÇÃO	511	SANEAMENTO BASICO RURAL
PROGRAMA	1701	ABASTECIMENTO DE ÁGUA
PROJ/ATIVIDADE	1.346 4 4 90 51 00	CONST POCOS ARTESIANOS C. RURAIS
CONTA		OBRAS E INSTALAÇÕES TRANSF UNIÃO ROYALT PETROLEO\GÁS NAT
FONTE	186/286	TRANSF UNIAO ROYALT PETROLEO/GAS NAT
FICHA	693	
UNID ORÇAMENTARIA	02.009.000	SECRETARIA MUNIC OBRAS E URBANISMO
FUNÇÃO	17	SANEAMENTO
SUFUNÇÃO	511	SANEAMENTO BASICO RURAL
PROGRAMA	1701	ABASTECIMENTO DE ÁGUA
PROJ/ATIVIDADE	1.346	CONST POCOS ARTESIANOS C. RURAIS
CONTA	4 4 90 51 00	OBRAS E INSTALAÇÕES
	1	
FONTE	169/269	TRANSF ESPECIAL RESOL SEGOV

### 8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

### 8.1 Obrigações do Contratado:

- 8.1.1. Executar o contrato conforme especificações do objeto e da proposta apresentada, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade necessárias.
- 8.1.2.Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.1.3.Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

- a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.1.4.Utilizar empregados regularmente contratados, conforme legislação trabalhista; habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 8.1.5.Responsabilizar-se pelo cumprimento e cumprir as obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 8.1.6.Comunicar à Prefeitura Municipal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 8.1.7. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 8.1.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento
- 8.1.9. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 8.1.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015
- 8.1.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 8.1.14. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 8.1.15. Providenciar junto ao CREA as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 8.1.16. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 8.1.17. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados.

- 8.1.18. Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 8.1.19. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 8.1.20. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.
- 8.1.21. Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratada, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;
- 8.1.22. Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de novembro de 2018.
- 8.1.23. Identificar a obra com placa segundo modelo fornecido pelo Município, durante o período de duração das obras, devendo ser afixadas no prazo de até 10 (dez) dias, contados a partir da autorização para o início dos trabalhos.
- 8.1.24. Emitir termo de garantia da obra de no mínimo 05 anos, tanto dos serviços, como dos materiais empregados na obra.
- 8.1.25. Reconhecer sua responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
- 8.1.26. Dar garantia da obra de no mínimo 05 anos, tanto dos serviços, como dos materiais empregados na obra.
- 8.1.27. Reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei.

### 8.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.2.1. Efetuar ao contratado, nos valores e prazos avençados os pagamentos de acordo com as condições fixadas neste instrumento.
- 8.2.2. Fiscalizar e acompanhar o fiel cumprimento do contrato.
- 8.2.3. Emitir a Ordem de Serviço, mediante apresentação de ART da obra.
- 8.2.4. Exigir o cumprimento de Instrução Normativa do TCE-MG relativa ao SICOM/OBRAS.
- 8.2.5. Solicitar ou determinar os serviços com indicação de local e com antecedência à empresa para que ela providencie a recomposição no prazo máximo de até 2 (dois) dias após a emissão de ordem de serviço.
- 8.2.6.Constituem também obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA as previstas por

Folha N°:



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

Edital e Projeto Básico.

### 9. CLÁUSULA NONA - DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS ALTERAÇÕES

- 9.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993 e legislações correlatas no que couber;
- 9.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.
- 9.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder os limites estabelecidos no subitem anterior.
- 9.4. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.
- 9.5. Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.
- 9.6. O contrato será realizado por execução indireta mediante empreitada por preço global.
- 9.7. Na assinatura do presente Contrato, a Contratada declara sua responsabilidade exclusiva sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

### 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. A Contratada que, injustificadamente, descumprir a legislação ou cláusulas contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos neste Contrato ou sua inexecução total ou parcial ficará sujeita às sanções a seguir especificadas.
- 10.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:
  - a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
  - b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
  - d) comportar-se de modo inidôneo; ou
  - e) cometer fraude fiscal.
- 10.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
  - a) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
  - Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso par



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: <u>licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br</u>

entrega de material ou execução do serviço ou obra, até o limite de 9.9% correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal.

- c) Multa administrativa, graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a até 10% (dez por cento) do valor do contrato, acumulável com as demais sanções legais;
- d) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 10.4. Todas essas penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, garantidos sempre ao direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA RESCISÃO

- 11.1.O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:
  - a) Nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste instrumento.
  - b) Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.
  - c) Judicial, nos termos da legislação
- 11.2.A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3.O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:
- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.
- 11.4.No caso de obras, o não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato será causa de rescisão por ato unilateral e escrito da contratante.

#### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

- 12.1.Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 − Código de Defesa do Consumidor − e normas e princípios gerais dos contratos.
- 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA FORO



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: <a href="mailto:licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br">licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br</a>

13.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Contrato será o da Comarca de Resende Costa/MG.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes.

	, de	de 2022.		
Contrata Prefeito	ante Municipal		Contratado Empresa - CNPJ.	
TESTEMUNHAS:	1		CPF:	
	2		CP	



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: <u>licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br</u>

### **ANEXO IV**

### **CREDENCIAMENTO PARA VISITA (MODELO)**

### PROCESSO LICITATÓRIO № 92/2022 TOMADA DE PREÇOS № 05/2022

Pela presente fica cred	lenciado o Senho	r		,
portador da Carteira de Ide	ntidade nº	, CPF	<del>-</del> ,	, para
representar a empresa				, CNPJ nº.
, r	a visita ao local da	CONTRATAÇÃO DI	E EMPRESA ESF	PECIALIZADA PARA
A CONSTRUÇÃO DE PO	O TUBULAR PRO	FUNDO, PARA CAI	PTAÇÃO DE ÁGI	JA SUBTERRÂNEA,
<b>DESTINADA AO ABAST</b>	ECIMENTO PÚBLIC	CO NA COMUNIDA	ADE QUEBRA M	MACHADO, COM O
FORNECIMENTO E INST.	ALAÇÃO COMPLE	TO DE EQUIPAME	NTO DE RECAL	QUE DA ÁGUA DO
POÇO, BEM COMO A OF	BTENÇÃO DE TOD	AS AS LICENÇAS	E AUTORIZAÇÕ	ES PERANTE AOS
ÓRGÃOS AMBIENTAIS.				
Local e data:				
	Assinatura	Representante Leg	al	
	Chefe do Serviço M	unicipal de Obras e	Urbanismo	



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: <a href="mailto:licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br">licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br</a>

### ANEXO V

### DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO (MODELO)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2022 TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2022

 nº		, portador da Carteira de Identidade
		nscrita no CNPJ nº, sediada
<del></del>	, que atende plenamente	a todos os requisitos de habilitação exigidos para
		té a presente data não está impedida de participar de
licitações promo órgãos públicos		e, ainda, que a empresa não está sendo punida por
	de _	2022.
	Ass. De	eclarante
	Carimbo padr	onizado CNPJ.



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: <u>licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br</u>

### **ANEXO VI**

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2022 TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2022

### **DECLARAÇÃO**

Α	empresa						,	insc	rita	no	CNPJ	n.
	<u> </u>	<b>,</b>	por	intermédio	de	seu	represe	ntante	le	gal	o(a)	Sr.(a
			<u> </u>	, portad	or(a) da	a Cartei	ra de Ider	tidade	n.º			`
do	CPF n.º		, D	ECLARA, para	a fins d	o dispo	sto no inci	so V do	o art.	27 da	a Lei n.⁰	8.666
de	21 de junho de	e 1993, acr	escido p	oela Lei n.º 9.8	54, de	27 de d	outubro de	1.999,	que	não e	emprega	meno
de	dezoito anos	em trabalh	o notur	no, perigoso d	ou insa	lubre s	alvo na co	ondição	de	apren	idiz a pa	rtir de
qua	torze anos, e	não empre	ga men	or de dezessei	s anos			-			•	
					_							
					, d	e		_ de 20	22.			
				(Repres	ontanto	l ogal)						



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br

### **ANEXO VII**

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2022 TOMADA DE PREÇOS № 05/2022

#### **TERMO DE RENÚNCIA**

(Lei Federal nº. 8.666/93, art.109, inciso I, alínea "a" e "b")

A Empresa abaixo assinada, participante da TOMADA DE PREÇOS nº 05/2022, por seu representante credenciado para o ato licitatório vem neste ato declarar, perante a Comissão Permanente de Licitação, que abre mão dos prazos de recursos do art.109, inciso, I, alínea "a" e "b" da Lei Federal nº 8.666/93.

 , de	de 2022
(Empresa/CPNJ)	



CNPJ - 18.557.546/0001-03

Email: <u>licitacao@coronelxavierchaves.mg.gov.br</u>

### **ANEXO VIII**

### PROCESSO LICITATÓRIO № 92/2022 TOMADA DE PREÇOS № 05/2022

#### **PROJETOS E PLANILHAS**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO, PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA, DESTINADA AO ABASTECIMENTO PÚBLICO NA COMUNIDADE QUEBRA MACHADO, COM O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO COMPLETO DE EQUIPAMENTO DE RECALQUE DA ÁGUA DO POÇO, BEM COMO A OBTENÇÃO DE TODAS AS LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES PERANTE AOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS.

#### PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (.pdf):

https://drive.google.com/file/d/17l1UntqxU5KL8tyCfWSG7C7yUiG1auqa/view?usp=sharing

### **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO (.pdf):**

https://drive.google.com/file/d/1vuhTmYyxGAxXH\_ZaGz3msikDBLiHqopD/view?usp=sharing

### **MEMORIAL DESCRITIVO (.pdf):**

https://drive.google.com/file/d/1qUKH57vvmDfCmt8rF1fx9hYRT36lZ0eA/view?usp=sharing

### COMPOSIÇÃO BDI (.pdf):

https://drive.google.com/file/d/1eL1Dn4T 7dwmvAQHq73DUDxEvTjcElEt/view?usp=sharing

#### PROJETOS E PRANCHAS (.pdf):

https://drive.google.com/file/d/1-5r9go4Blcda9wAUgdEgimKrgCLLCfhg/view?usp=sharing